

Educação para as Relações Étnico-raciais na EJA

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EJA

Gilvanice Barbosa da Silva Musial⁶²

Darlinda Moreira⁶³

Cristiane Coppe de Oliveira⁶⁴

A roda de conversa “Educação para as relações étnico-raciais na Educação de Jovens e Adultos (EJA)” parte do entendimento da urgência em pautar as questões étnico-raciais na referida modalidade da Educação Básica, no contexto da formação de professores, nas práticas pedagógicas na sala de aula, na construção do currículo, na produção do conhecimento, entre outros, em uma perspectiva antirracista e inclusiva. Nesse sentido, reafirma em sua ementa que:

Entende-se, tal como apontam as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004), que um dos princípios para mudança de mentalidade na Educação é o “incentivo, pelos sistemas de ensino, a pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros e indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira.” (BRASIL, 2004, p.24). No que se refere, especificamente, ao tema das relações étnico-raciais encontramos nas teorias de Giménez Romero (2010) a concepção de diversidade sociocultural que localiza o interculturalismo nessa vertente, pontuando ainda que nada vale afirmar na perspectiva intercultural se não houver um combate ao racismo, à discriminação, à segregação ou outras práticas. Nessas perspectivas, o subcomitê Educação para as relações étnico-raciais na EJA avaliará trabalhos de natureza acadêmico-científica, compreendidas, tanto em contextos de comunidades tradicionais indígenas, africanas, quilombolas e ciganas, quanto em contextos de sistemas educacionais que envolvam a Educação de Jovens e Adultos em espaços lusófonos de conhecimento.

⁶² Pós-Doutora em Educação, Professora Adjunta na Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, BA, Brasil; gilvanice.musial@ufba.br; <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0002-0597-8150>.

⁶³ Pró-reitora para a Inovação e Gestão Pedagógica da Universidade Aberta, Vice-Coordenadora do Programa de Doutorado em Estudos Globais e professora no departamento de Educação e Ensino a Distância na mesma universidade, Portugal; darlinda.moreira@gmail.com.

⁶⁴ Pós-Doutora em Educação, Professora Associada na Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Ituiutaba, MG, Brasil; criscopp@ufu.br; <https://orcid.org/0000-0002-0378-810X>.

A partir dessa ementa, a roda de conversa recebeu sete propostas de trabalho que foram aprovadas e apresentadas nos dias 04 e 05 de novembro de 2021. O primeiro trabalho apresentado “A educação das relações étnico-raciais na EJA a contrapelo do discurso negacionista: a atualidade das contribuições de Frantz Fanon como argumento decolonial ao racismo”, de autoria de Antonio Carlos Figueiredo Costa e Walesson Gomes da Silva, “propõe o estreitamento do diálogo entre algumas teses das ondas raciais do pensamento social brasileiro – Gilberto Freyre; Florestan Fernandes; Carlos Hasenbalg – com as proposições do pensador martinicano Frantz Fanon”, a partir desse exercício, “procura esboçar algumas considerações válidas para orientar, em termos do pensamento decolonial, a educação das relações étnico-raciais e o discurso antirracista”.

O segundo, intitulado “A educação e cultura em Moçambique a partir de uma abordagem sociolinguística”, de Vítor Chibanga, apresenta a complexa realidade do panorama multilíngue em Moçambique, onde existem 24 grupos étnico-linguísticos, sendo o português a língua oficial de ensino. Problematizando, no contexto educativo, as relações de poder geradas pelas diferentes línguas de origem bantu, e pela língua oficial, Vitor Chibanga trouxe-nos ao debate a forma como as línguas nacionais moçambicanas estão a tomar o seu lugar na educação, com a introdução gradual do ensino bilíngue. Nesse processo, com a devolução da possibilidade de aprendizagem na língua de origem bantu, o que também é devolvido é a inclusão e a própria expansão do grupo étnico-linguístico que faz parte do povo moçambicano.

O terceiro, “Reflexões sobre a inserção da temática racial nas ações do programa integrado da UFRJ para EJA”, de autoria de Ana Paula Abreu Moura e Solange Alves Rodrigues, apresenta-nos “reflexões sobre a inserção da temática racial nas ações extensionistas desenvolvidas pelo Programa Integrado da UFRJ para Educação de Jovens e Adultos”, utilizando como objeto de reflexões a experiência do Curso de Formação de Alfabetizadores. Mobiliza como referenciais teóricos Paulo Freire, Almeida (2019), Gomes (2002) e Henriques (2001, 2003) e ressalta a importância das práticas pedagógicas para a construção de uma educação antirracista a partir da incorporação das questões raciais na formação de alfabetizadores.

O quarto, “A Lei 10.639/03 no contexto da Educação de Jovens e Adultos: as relações étnico-raciais”, de Márcia Blank, apresenta “uma pesquisa em desenvolvimento sobre as Relações Étnico-Raciais no contexto da Educação de Jovens e Adultos”. Destacando como lócus “o enfrentamento dos preconceitos e discriminações presentes na sociedade brasileira, (...) tendo como foco a relação das problemáticas raciais no contexto escolar e a implementação e a aplicabilidade da Lei 10.639/03”.

O quinto trabalho apresentado, intitulado “Ser negro(a), jovem e estar na EJA no município de Salvador/BA: ‘a gente não é aceito’”, de autoria de Gabriella Santana da Silva Pitta, propõe

“analisar trajetórias de jovens negros da Educação de Jovens e Adultos (EJA) à luz de estudos sobre a modalidade e sobre relações étnico-raciais”. A autora ressalta contraditoriamente “à presença majoritária de estudantes negras e negros na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e à pungente desigualdade racial do país, as Relações Étnico-Raciais, sobretudo no que se trata de Juventudes Negras, têm sido negligenciadas em estudos, políticas educacionais e práticas pedagógicas da modalidade”.

O sexto trabalho, “Educação de jovens e adultos: história, realidade, problemas e caminhos de autoria”, de Elaine Regina Chagas Santos, apresenta uma análise do livro “Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos”, escrito por Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes, e ressalta a importância do referido livro por “contar um pouco sobre a história dos povos que aqui chegaram sequestrados, escravizados que ajudaram a construir o país”, bem como, as lutas e resistências ao longo da história.

Finalmente, o sétimo e último trabalho, intitulado “Os desafios da educação antirracista na EJA de uma escola municipal do interior de Minas Gerais”, de Aline Rafaela Lelis Silva, apresenta e discute “os desafios da educação antirracista na Educação de Jovens e Adultos em uma escola municipal no interior de Minas Gerais a partir da experiência do projeto ‘Consciência Negra na EJA’”. A referida experiência procurou “promover a educação para as relações étnico-raciais, valorizar o repertório cultural africano e afro-brasileiro e contribuir para elevar a autoestima dos(as) estudantes negros(as)”. Apesar dos desafios enfrentados, foi possível observar resultados positivos na postura de estudantes e professores frente ao racismo.

As rodas de conversa foram mediadas pelas professoras Darlinda Moreira, Gilvanice Musial e Cristiane Coppe de Oliveira e se constituíram em momentos de discussões profundas sobre os enormes desafios para a inserção das questões étnico-raciais na Educação de Jovens e Adultos, ao mesmo tempo em que apresentaram experiências exitosas de educação para as relações étnico-raciais na EJA. Os trabalhos apresentaram diferentes caminhos para a inserção das questões étnico-raciais na Educação de Jovens e Adultos como problematizar a pouca frequência da temática nas pesquisas acadêmicas; necessidade de aprofundamento teórico sobre o tema; a importância de inserir as questões étnico-raciais na formação de alfabetizadores via extensão universitária; a análise da implementação da Lei nº 10.639/03 e a resignificação do dia da Consciência Negra no contexto de uma escola pública em Minas Gerais. Além da complexidade da realidade multilíngue em Moçambique que possui mais de 24 grupos étnicos e o português como língua oficial.

As apresentações foram seguidas diálogos profícuos e muitos aprendizados. Ao longo das discussões motivadas pela a apresentação dos trabalhos, destacou-se a importância da representatividade negra na sociedade, a questão da religiosidade/espiritualidade no contexto

escolar e o fato de que precisamos de mais espaços como a roda proposta no evento, a fim de proporcionar partilhas e discussões, além da socialização de ações e projetos de pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação/Secad**. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica. 2004.

GIMÉNEZ, Romero. **Interculturalidade e Medição** (Caderno de Formação 04). Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, IP), 2010, p. 17-39.